

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**  
**INFORME BRASIL Nº 146**  
**Período: de 16/10/04 a 22/10/04**  
**Franca – Brasil**

- 1-FAB realiza simulado de acidente aéreo em São Paulo
- 2-**Missão no Haiti I:** Forças do Brasil ampliam medidas de segurança
- 3-**Missão no Haiti II:** Comandante brasileiro liga John Kerry à violência
- 4-**Missão no Haiti III:** Brasil reavalia missão
- 5-**Missão no Haiti IV:** Relatórios militares indicam que tropas brasileiras podem se tornar alvo de emboscadas
- 6-**Missão no Haiti V:** Policial haitiano acusa soldados brasileiros de espancamento
- 7-Lei do Abate entra em vigor
- 8-**Questão Nuclear I:** Angra III virá com pacote de projetos nucleares
- 9-**Questão Nuclear II:** Brasil permite acesso restrito a centrífugas nucleares e prevê fim do impasse com AIEA
- 10-**Caso Herzog I:** Divulgadas fotos inéditas de Herzog no DOI-Codi de São Paulo
- 11-**Caso Herzog II:** Ação da Abin mostra que há arquivos não revelados
- 12-**Caso Herzog III:** Presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos ameaça deixar o cargo
- 13-**Caso Herzog IV:** Exército se retrata após determinação de Lula e lamenta morte de jornalista
- 14-**Caso Herzog V:** Matéria aborda atividades de perseguição do SNI
- 15-**Caso Herzog VI:** Para o Grupo Tortura Nunca Mais, governo se subordina aos militares
- 16-**Caso Herzog VI:** Jornal tece comentários acerca do caso do ex-soldado José Alves Firmino
- 17- Agrava-se a indisposição de Lula com o Ministério da Defesa
- 18-Ministério da Justiça abole gastos com anistias consideradas fraudulentas
- 19- O Brasil e a cooperação científica
- 20- Rússia propõe compra de 50 aviões da Embraer em troca da escolha da Sukhoi
- 21- A atuação polêmica do Exército na contenção da violência no Rio de Janeiro
- 22- Jornal destaca atividade do Exército em projetos ecológicos
- 23- Marinha apreende navio pesqueiro ilegal taiwanês

FAB realiza simulado de acidente aéreo em São Paulo

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que a Força Aérea Brasileira (FAB) realizou na tarde do dia 16 um Exercício de Emergência Aeronáutica Completa em São Paulo. O objetivo do treinamento é verificar como funcionará o futuro Centro Integrado de Gerenciamento de Crise Aeronáutica para uma atuação conjunta em caso de um acidente aéreo de grandes proporções. O exercício deste sábado servirá para testar as estruturas de comunicação entre os diversos órgãos

integrantes do Centro, como a FAB, o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil e a Infraero. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 16/10/04).

### **Missão no Haiti I: Forças do Brasil ampliam medidas de segurança**

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que a brigada brasileira da Força de Paz das Nações Unidas (ONU) no Haiti anunciou no dia 15 que vai ampliar as medidas de segurança na capital do país, Porto Príncipe, em virtude do aumento da violência das últimas semanas. As medidas adicionais de segurança incluirão patrulhas com carros blindados, montagem de pontos de bloqueio nas principais vias de circulação, patrulhas aéreas e a organização de forças de reação aérea e terrestre. O porta-voz interino das tropas brasileiras no Haiti, o coronel Luiz Felipe Carbonell, elogiou a iniciativa do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que no dia 14 pediu que os países que prometeram contribuir com tropas para a força de paz da ONU no Haiti o façam com urgência. Carbonell informou que, até o momento, as tropas brasileiras não se depararam com bandos armados dos chamados rebeldes que até fevereiro avançavam pelo interior do Haiti tomando diversas cidades, exigindo a saída de Aristide do poder. A *Folha* noticiou que o treinamento dos fuzileiros navais que a Marinha brasileira enviará à missão de paz em dezembro foi modificada em virtude dos desafios que têm sido encontrados pelos soldados no local. A partir de informações de fuzileiros que estão no Haiti desde o primeiro semestre, a Marinha decidiu enfatizar ações de rua e atendimento humanitário. O jornal informou que países centro-americanos, como Guatemala, El Salvador e Honduras, anunciaram que analisarão um envio de militares ao país para colaborar com a Força de Paz da ONU. O comandante das tropas de paz da ONU no Haiti, o general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro, afirmou que espera terminar o ano com 6.000 militares estrangeiros no país e que acredita que a situação tende a melhorar nas próximas semanas. (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/10/04; Folha de S. Paulo – Mundo - 16/10/04).

### **Missão no Haiti II: Comandante brasileiro liga John Kerry à violência**

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que em declarações publicadas no dia 15, o comandante da Missão da ONU de Estabilização no Haiti (Minustah), o general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira, relacionou a recente onda de violência em Porto Príncipe a declarações do candidato democrata John Kerry em favor do ex-presidente Jean-Bertrand Aristide, que deixou o país em fevereiro após protestos e um levante armado. Segundo o general, as declarações deram origem à esperança de que a situação de instabilidade no Haiti e a possível mudança na política americana pudessem contribuir para que o Ex-Presidente Aristide retornasse ao país. Segundo o jornal, em março, Kerry teria dito que, se fosse presidente, teria enviado uma força internacional para proteger Aristide, lembrando que o Ex-Presidente havia sido eleito democraticamente. De acordo com a *Folha*, o general Heleno negou a existência de um grande problema de violência em

Porto Príncipe e atribuiu o clima da insegurança a uma "onda de boatos". Segundo ele, "em nenhum momento se perdeu o controle" da capital haitiana. O *Estado de S. Paulo* relatou que emissários do candidato John Kerry manifestaram seu desagrado ao governo brasileiro quanto às declarações do general. O fato de as declarações terem se tornado públicas através da Agência Brasil –órgão do Planalto- levou a equipe de Kerry a interpretar que as críticas do oficial brasileiro foram respaldadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. Mais tarde, o general alegou ter sido mal-compreendido e disse que suas palavras foram consideradas fora de contexto. (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/10/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 16/10/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 17/10/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 18/10/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 19/10/04; O Globo – O Mundo – 19/10/04).

### **Missão no Haiti III: Brasil reavalia missão**

Em coluna opinativa publicada no jornal *Estado de S. Paulo*, a jornalista Dora Kramer afirmou que a missão de paz das Nações Unidas (ONU) no Haiti começa a preocupar o Palácio do Planalto e o Itamaraty. Segundo a jornalista, o que era uma idéia concebida para valorizar a candidatura brasileira ao Conselho de Segurança das Nações Unidas virou um problema. Há o receio de que a violência no Haiti aumente e ponha em risco a vida dos 1.200 brasileiros que integram quase dois terços de uma tropa inicialmente prevista para ser quatro vezes maior e contar com a participação de diversos países. Kramer informou também que o Itamaraty enviou dois diplomatas em missão secreta ao Haiti para conversar com o primeiro-ministro Gerard Latortue para avaliar a situação e pedir garantias aos militares brasileiros. Segunda ela, o primeiro-ministro, além de não ter feito nenhuma garantia, também se declarou incapaz de prever o que acontecerá em seu país. O governo brasileiro passou então a preocupar-se mais com a situação no Haiti. De acordo com Kramer, o diagnóstico da situação é que o Brasil está quase sozinho no Haiti e tanto o Palácio do Planalto quanto o Itamaraty agora receiam que morram soldados brasileiros numa situação de conflito com a qual o país não tem nada a ver e a respeito da qual muito pouco pode fazer. A jornalista informou também que o processo de reavaliação da decisão de participar da missão de paz está em andamento. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/10/04).

### **Missão no Haiti IV: Relatórios militares indicam que tropas brasileiras podem se tornar alvo de emboscadas**

Devido à crescente instabilidade no Haiti, o governo brasileiro enviará o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia e um emissário do Itamaraty, Ricardo Seitenfus, a fim de que uma avaliação completa da situação do país seja realizada. Segundo a *Folha de S. Paulo*, relatórios militares feitos recentemente e enviados ao Brasil pelo serviço de inteligência do Corpo de Fuzileiros Navais, que integra a missão de paz no Haiti, indicam que, nos próximos seis meses, aumentar-se-á o risco de as tropas brasileiras serem vítimas de emboscadas na região de Porto Príncipe. Essa análise tem origem no acirramento dos confrontos entre as tropas do governo, as forças rebeldes e os

grupos de ex-militares. De acordo com o capitão-de-mar-e-guerra Oswaldo Queiroz de Castro, comandante do segundo contingente de 246 fuzileiros que, a partir de dezembro, substituirão as tropas que integram a missão há quase cinco meses, as tropas brasileiras ainda não são o alvo preferencial dos rebeldes, porém os confrontos nos quais os fuzileiros e militares do Exército têm participado estão se tornando cada vez mais constantes. Ainda de acordo com informações da *Folha*, o serviço de inteligência da Marinha tem produzido relatórios diários sobre a situação política no Haiti, transmitidos *on-line* a partir da base dos fuzileiros em Porto Príncipe. Contatos por rádios entre o Haiti, o comando da Marinha, em Brasília, e a Força de Fuzileiros da Esquadra, em Duque de Caxias (Estado do Rio de Janeiro), também estão ocorrendo diariamente. As informações são passadas por Brasília e Duque de Caxias ao acampamento montado pela Marinha na praia de Itaoca (município de Itapemirim, litoral sul do Espírito Santo). Desde o último dia 13, o Corpo de Fuzileiros realiza na região de Marataízes (cidade a 120 km de Vitória) simulações de atividades com que os fuzileiros irão se defrontar no Haiti. Preocupado com a situação haitiana, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, cobrou que o fluxo de ajuda internacional chegue ao país, não só no que diz respeito ao aspecto militar com o envio das tropas restantes, mas também no aspecto financeiro: essencial para a realização de obras de infraestrutura. Segundo o *Estado de S. Paulo*, o Ministério das Relações Exteriores informou no último dia 20 que o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem aproximadamente US\$ 100 milhões para ajudar na reconstrução do Haiti. Projetos para a construção de estradas, fornecimento de energia elétrica e coleta de lixo já estão em discussão. Em seu editorial, a *Folha* defendeu que o corpo diplomático brasileiro pressione os países ricos, particularmente os Estados Unidos e a França (colonizador haitiano), afim de que elaborem e financiem um plano de recuperação econômica para o Haiti que ofereça perspectivas concretas. Justamente para que o país não continue sendo um foco de instabilidade e a participação brasileira seja mais do que uma missão de emergência com resultados frustrantes. (Folha de S. Paulo – Mundo – 20/10/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 21/10/04; Folha de S. Paulo – Opinião – 21/10/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 21/10/04; O Globo – O Mundo – 21/10/04).

#### **Missão no Haiti V: Policial haitiano acusa soldados brasileiros de espancamento**

A *Folha de S. Paulo* mostrou que internado num hospital de Porto Príncipe, o policial haitiano Jean Macion acusa soldados brasileiros de o terem espancado na tarde do dia 20, durante um ponto de bloqueio montado na região central da capital. O general Américo Salvador de Oliveira, comandante da força militar brasileira, determinou a abertura de um inquérito para apurar o incidente. Segundo relato do policial a uma organização de direitos humanos obtido pela *Folha*, a suposta vítima estava dirigindo seu carro para sua casa quando foi parado por soldados brasileiros num ponto de bloqueio. De acordo com esse relato, ele mostrou sua identificação policial, mas foi retirado do carro e espancado. Ele teria se machucado no braço, nas pernas e no rosto, mas sem gravidade. Já o serviço de comunicação social da Brigada Haiti deu uma versão diferente. De acordo com uma nota de esclarecimento, o motorista tentou ultrapassar a barreira montada,

mas foi bloqueado por dois soldados que se colocaram à frente do carro. Macion teria se negado a se identificar e a sair do carro, motivo pelo qual, foi usada força moderada por parte dos militares. Quando a sua arma foi encontrada dentro do carro, ele se identificou como policial. Em seguida, os militares suspenderam a revista. A missão brasileira afirma ainda que todas as regras de engajamento previstas pela Organização das Nações Unidas (ONU) foram respeitadas. (Folha de S. Paulo – Mundo – 22/10/04).

#### Lei do Abate entra em vigor

Entrou em vigor no dia 17 a *Lei do Abate* que autoriza caças da Força Aérea Brasileira (FAB) a derrubar aeronaves suspeitas que desrespeitem as regras do espaço aéreo brasileiro. A lei tem por finalidade coibir o tráfico de armas e drogas. Antes de atirar para derrubar aviões, no entanto, a FAB tem de cumprir uma série de nove procedimentos, entre eles a identificação da aeronave, a tentativa de contato com o piloto por rádio, a sinalização visual pelos caças e tiros de advertência. O *Estado de S. Paulo* noticiou que o governo federal deve criar um mecanismo de consulta adicional para reduzir ao máximo a margem de erro dos pilotos militares ao derrubar o avião. Segundo o jornal, autoridades da Agência Brasileira de Informação (ABIN) e da Polícia Federal pretendem aumentar para dez este número. O décimo procedimento seria um sistema de consulta instantânea ao banco de dados da inteligência do governo a respeito da aeronave suspeita. O jornal *Folha de S. Paulo* informou que se todas as tentativas falharem, a ordem de abate deverá partir do Comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno. O *Estado* noticiou que na região norte, noroeste e oeste estão concentrados os radares do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e um Centro Integrado de Defesa e Controle Aéreo (Cindacta). Informou ainda que essas estações coordenarão as ações com o apoio de jatos R-99A de alerta avançado. Aviões A-27 Tucano e, até o fim de 2005, também os A-29 Super Tucano serão utilizados para cumprir as missões armadas. Se for necessário maior poder de combate, serão utilizados os supersônicos F-5E e Mirage IIIE. De acordo com o *Jornal do Brasil*, os pilotos do país foram todos alertados para evitar decolagens sem planos de vôos informados, além de estarem sendo incentivados a atualizar e regularizar eventuais pendências com órgãos do governo. O *Estado* lembrou ainda que a Lei do Abate é voltada principalmente ao combate do narcotráfico, sobretudo na Amazônia. O Comando da Aeronáutica informou no dia 17 que em 15 dias será divulgado o primeiro balanço com resultados das operações previstas pela Lei. Ainda sobre a Lei, O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que o presidente dos EUA, George W. Bush mostrou-se de acordo, no último dia 18, com a Lei do Abate brasileira que entrou em vigor um dia antes. Portanto, fica afastado o risco de retaliações contra o Brasil. Conforme já apontado por outras edições do *Informe Brasil*, sancionada em 1998 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, a Lei do Abate foi regulamentada em julho pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O decreto previa um prazo de 90 dias para que a lei entrasse em vigor, bem como para que a mesma fosse divulgada internamente e nos países vizinhos. No entanto, segundo apuração da *Folha*, o prazo também buscava ganhar tempo para obter o aval norte-americano.

Os dois governos vinham negociando a lei desde o ano passado, quando o ministro da Defesa, José Viegas Filho, se encontrou em Washington com o secretário da Defesa, Donald Rumsfeld. Em maio deste ano, o Departamento de Estado ameaçou até suspender a "assistência relevante ao Brasil se o programa *Lei do Abate* fosse implementado sem satisfazer às exigências legais americanas". A preocupação dos EUA residia no fato de que as empresas norte-americanas que fornecem equipamentos à Força Aérea Brasileira (FAB) fossem responsabilizadas criminalmente no caso de abate, como prevê a legislação daquele país. Em tese, seria o caso da empresa Raytheon, que forneceu equipamentos para o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam). (Folha de S. Paulo – Brasil – 16/10/04; Jornal do Brasil – Brasil – 16/10/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 17/10/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 20/10/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/10/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/10/04; O Globo – O País – 18/10/04).

### **Questão Nuclear I: Angra III virá com pacote de projetos nucleares**

O jornal *O Estado de S. Paulo* informou que o Brasil possui, pronto para ser executado, um pacote completo de novos projetos na área da energia atômica. Segundo o jornal, o efeito prático mais importante da retomada da construção da usina Angra III, anunciada no *Informe Brasil* anterior, será a execução dos planos da segunda geração de pesquisas do Programa Nuclear nacional. A primeira etapa de investigações resultou, a partir de 1988, no controle do ciclo do enriquecimento do urânio natural e criou a mecânica fina das ultracentrífugas usadas no processo. O relatório reservado que contém essas informações está no Palácio do Planalto desde 2002, sob referência Br-92. Embora as pesquisas tenham progredido no ciclo completo do combustível enriquecido, os empreendimentos decorrentes desse estágio mais avançado precisam de recursos financeiros para continuar. O jornal informou que o custo de Angra III é estimado em US\$ 1,8 bilhão e o conjunto de atividades paralelas necessita de cerca de US\$ 150 milhões. Na área estratégica, o Centro Experimental de Aramar, mantido pelo Comando da Marinha, já domina a engenharia dos reatores compactos necessários à propulsão de submarinos atômicos feitos no país – o primeiro deles será incorporado à força naval entre 2015 e 2018. O aumento de verbas para o Programa Nuclear poderá encurtar o tempo de produção destes submarinos. Os vasos de contenção e de alta pressão que formam o casco de toda a família de navios submersíveis nacionais estão sendo feitos nas instalações da antiga Nuclep, a fábrica de mecânica pesada do sistema industrial nuclear. A notícia diz ainda que a entrada em operação neste ano da empresa estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), que produzirá combustíveis derivados do urânio em Resende (estado do Rio de Janeiro), facilitará o processo da produção em larga escala do urânio beneficiado a níveis baixos, de 3% a 5%, menores do que as taxas superiores a 90%, utilizadas em armas nucleares. Todo o processo é executado sob fiscalização da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Na INB serão instaladas as linhas de produção das ultracentrífugas, equipamentos que separam o urânio pobre (de baixo poder energético) do urânio rico (radioativo, utilizado para gerar energia). Essas máquinas são motivo de discórdia do Brasil

com os Estados Unidos e a AIEA, que querem ter acesso irrestrito a elas. Segundo a AIEA, há possibilidade de haver desvio do produto beneficiado. O governo brasileiro nega a observação, alegando a preservação de peculiaridades de caráter comercial e garante que há recursos para que os funcionários da AIEA façam a contabilidade do urânio que entra no sistema em forma de gás e, mais adiante, do material reprocessado, na fase final. Três técnicos da AIEA desembarcaram no Brasil no dia 18 para verificar se é possível fazer a inspeção de acordo com a proposta feita pelo governo brasileiro. A tecnologia das ultracentrífugas foi criada por um grupo de técnicos, engenheiros e cientistas da Marinha, da Universidade de São Paulo (USP) e da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), sob a chefia do almirante Othon Pinheiro da Silva, atualmente na reserva. Em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, o ministro da Ciência e Tecnologia Eduardo Campos atribuiu a necessidade de preservar a tecnologia nacional de enriquecimento de urânio ao fato de as centrífugas brasileiras consumirem 25 vezes menos energia do que as centrífugas desenvolvidas por norte-americanos. O ministro lembrou que o Brasil é um dos únicos países do mundo que permite a inspeção de instalações nucleares e atribuiu os boatos que circulam na imprensa internacional a forças contrárias à entrada do Brasil no mercado de urânio. Contudo, o ministro negou que haja pretensões imediatas de exportar urânio enriquecido e afirmou que a prioridade é adquirir auto-suficiência. Apesar de altos funcionários do governo norte-americano afirmarem que o programa nuclear brasileiro não é visto por eles como uma ameaça, o *Estado* levantou a hipótese de que a eleição do candidato democrata John Kerry para a presidência dos Estados Unidos aumente a tensão entre os dois países. Segundo o jornal, fontes ligadas a Kerry disseram que especialistas em não-proliferação nuclear do Partido Democrata acham que o atual governo norte-americano está sendo por demais permissivo com o Brasil e que esta postura debilita a posição da AIEA em sua atuação em países suspeitos de produzirem armas nucleares. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/10/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 19/10/04; Jornal do Brasil – Brasil – 19/10/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/10/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/10/04; O Globo – O País – 18/10/04; O Globo – O País – 19/10/04).

### **Questão Nuclear II: Brasil permite acesso restrito a centrífugas nucleares e prevê fim do impasse com AIEA**

A vistoria da equipe da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) à unidade das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), em Resende (estado do Rio de Janeiro), foi realizada neste dia 19. Os técnicos da Agência não tiveram acesso irrestrito às ultracentrífugas de enriquecimento de urânio. No entanto, a colocação de telas de metal em parte dos tapumes que encobrem as ultracentrífugas permitiu que a equipe tivesse melhor visualização das tubulações e conexões da fábrica. A missão desta equipe foi verificar se é viável ou não a proposta brasileira para a inspeção restrita da unidade. Se o projeto para a inspeção for aprovado, nova equipe da AIEA chega em até 15 dias para vistoriar a planta da fábrica. De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o impasse entre o Brasil e a agência sobre os termos da inspeção já dura um ano. Enquanto a AIEA insistia em ter

acesso visual irrestrito ao primeiro conjunto de máquinas, os Ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT) e das Relações Exteriores procuravam alternativas que permitissem a inspeção e preservassem a tecnologia desenvolvida pela Marinha. A instalação das telas foi uma opção, segundo disse um assessor do MCT. Segundo a *Folha de S. Paulo*, algumas autoridades brasileiras envolvidas na negociação com a agência consideram o impasse praticamente superado após essa visita que provou a possibilidade de inspeção sem acesso irrestrito às centrífugas. Ao defender o acesso irrestrito à unidade de Resende a AIEA, era alegado o temor de que o Brasil utilizasse a técnica de enriquecimento de urânio para a produção de armas nucleares, o que contrariaria tratados internacionais assinados pelo Brasil. Os técnicos da AIEA foram acompanhados por três técnicos da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e três da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). A *Folha* também noticiou o destaque dado pelo jornal norte-americano "The New York Times", em sua edição do dia 20, à inspeção apenas "parcial" da AIEA na usina de enriquecimento de urânio brasileira. O periódico estrangeiro lembrou a resistência do governo brasileiro em dar acesso irrestrito às instalações da usina, insistindo que o Brasil é uma "potência regional não-agressora", o que deveria lhe conferir um tratamento "digno e diferenciado", na forma de um "relaxamento das regras internacionais". O jornal *O Globo* também divulgou algumas medidas que estão previstas na revisão do Programa Nuclear Brasileiro, que deverá ficar pronta até dezembro deste ano. De acordo como jornal, o governo federal planeja ampliar o programa e pretende construir quatro usinas nucleares, cada uma capaz de gerar 300 megawatts de energia elétrica. O custo total dos reatores, que serão totalmente construídos no país, com tecnologia nacional, está estimado em US\$ 2,8 bilhões. Ainda não há local definido para a construção das usinas. A construção de pequenos reatores que devem ser utilizados nas áreas de energia, saúde, naval e agrícola também está sendo prevista. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 20/10/04; Folha de S. Paulo – Editoriais – 20/10/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 21/10/04; Jornal do Brasil – Brasil – 20/10/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/10/04; O Globo – O País – 20/10/04; O Globo – O País – 21/10/04*).

### **Caso Herzog I: Divulgadas fotos inéditas de Herzog no DOI-Codi de São Paulo**

Um dos crimes mais discutidos da ditadura militar ganhou polêmico destaque da imprensa durante toda a semana: a morte do jornalista Vladimir Herzog. Isto se deu após terem sido divulgadas pelo jornal *Correio Braziliense* duas fotos inéditas do jornalista no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), em São Paulo, em 1975. Na única imagem conhecida até agora, Herzog aparece já morto, por enforcamento, o que alimentava a versão oficial de suicídio. Nas fotos publicadas pelo *Correio*, Herzog aparece sentado sobre o estrado de uma cama, nu, com as mãos no rosto. As fotografias foram entregues pelo ex-cabo do Exército José Alves Firmino à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. *O Globo* relatou que Vladimir Herzog compareceu à sede do DOI-Codi, órgão vinculado ao 2º Comando do Exército, no dia 24 de Outubro de 1975, para prestar esclarecimentos sobre suas atividades políticas. Ele era diretor da TV Cultura, em

São Paulo e filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). No dia seguinte, foi informado à imprensa, que ele havia cometido o suicídio, porém, no corpo havia sinais de tortura e à altura da grade à qual o cinto que o enforcara estava preso. Os documentos acerca do caso tornaram-se acessíveis por meio do cabo José Alves Firmino - araponga do Exército que atuava na investigação de partidos de esquerda – que se sentindo desprestigiado pelo Exército após contrair hanseníase em 1996 e ser transferido de Brasília para Goiânia, conseguiu os documentos nos arquivos do Comando Militar do Planalto e os encaminhou à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Segundo *O Globo*, o *Correio Braziliense* divulgou relatório que diz mostra admissão do Exército pela morte de 47 militantes presos pelo DOI-Codi até 30 de setembro de 1975. A argumento oficial do Exército é que nas décadas de 60 e 70, um movimento subversivo ameaçava derrubar o regime e a ação da força correspondeu a uma tentativa pacificadora. No entanto, o Comando do Exército afirma que há anos não aparecem em seus arquivos, documentos que comprovem mortes ocorridas durante a ditadura militar. A Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça reconheceu que Vladimir Herzog morreu em ação do Exército e nas dependências militares. (*O Globo* – Rio – 18/10/04).

#### **Caso Herzog II: Ação da Abin mostra que há arquivos não revelados**

*O Estado de S. Paulo* noticiou que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) atestou que as fotos publicadas pelo *Correio Braziliense* não eram de Vladimir Herzog, e sim de um padre e indica que no órgão ainda existem arquivos não revelados. O episódio foi considerado muito grave pelo Planalto. O jornal diz que nunca se viu o Presidente tão transtornado. A verificação da autenticidade das fotos começou segunda-feira (18) pelo Exército, e prosseguiu na quarta, pela Abin. Na segunda, o Exército já concluíra que as fotos não eram de Herzog. Mas, desgastado, preferiu se calar e evitar mais polêmica. Na quinta-feira (21), depois de pesquisar os arquivos antigos do Serviço Nacional de Informações (SNI) e encontrar fotos iguais às publicadas com a identificação de que era o padre, a Abin concluiu que elas não são de Herzog. Isso, segundo *O Estado*, mostra que a Abin tem vasta documentação arquivada. O governo não pretende abri-la. Alega que não há como dizer quais documentos o órgão possui ou não e que tudo de vulto que já foi procurado nos arquivos da Abin não foi encontrado, embora isso não signifique que não exista mais documentação política. A agência diz que o que há são muitas informações individuais e, sempre que as próprias pessoas as pedem, são fornecidas. Acrescentou que já foram expedidas mais de nove mil certidões com dados pessoais. (*O Estado de S. Paulo* – Nacional – 22/10/04).

#### **Caso Herzog III: Presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos ameaça deixar o cargo**

*O Estado de S. Paulo* e *O Globo* informaram que o presidente da Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos, João Luiz Duboc Pinaud declarou no dia 18 que pretende deixar o cargo se o governo não oferecer as condições necessárias para apurar as mortes investigadas pelo grupo, dentre as quais, a do jornalista Herzog.

Pinaud classificou como leviana a afirmação do Ministério da Defesa sobre a não existência de documentos que comprovam a inexistência de mortes durante as operações do Exército. Ele defende maiores apurações do caso, para que os erros possam ser compensados. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 18/10/04; O Globo – O País – 19/10/04).

#### **Caso Herzog IV: Exército se retrata após determinação de Lula e lamenta morte de jornalista**

Os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil* noticiaram o comunicado do general Francisco Albuquerque, comandante do Exército, lamentando a morte do jornalista Vladimir Herzog e retratando a postura dos militares divulgada na nota do último dia 17 pelo Centro de Comunicação Social do Exército. A nota classificara de revanchismo a publicação de fotos de Herzog, pelo jornal *Correio Braziliense*, em situação humilhante no cárcere do DOI-Codi (centro de repressão da ditadura), em São Paulo, bem como enaltecia o regime militar de 1964 por lutar contra os movimentos subversivos. A reação de ministros, deputados, senadores e entidades contra a nota do Exército, fizeram com que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva determinasse ao general Albuquerque uma retratação e o lamento pela morte de Herzog. A nota do dia 17 foi classificada por diversos setores como "infeliz", "lamentável", "leviana", 'entre outras manifestações. Segundo o comunicado do general, a ausência de uma "discussão interna" fez com que o Centro de Comunicação Social do Exército publicasse uma nota "não condizente com o momento histórico atual". Albuquerque afirmou ainda que o Exército "não quer ficar reavivando fatos de um passado trágico". O ministro da Defesa, José Viegas Filho, considerou a crise superada após a divulgação da nota do general e afirmou que os problemas não ameaçaram sua autoridade, como civil, sobre as Forças Armadas, descartando a hipótese de que o Ministério da Defesa venha ser comandado por um militar. Após o episódio, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados aprovou o requerimento para cobrar do ministério da Defesa e do Exército a abertura de todos os arquivos do regime militar. Bem como, decidiu pedir a perícia das fotos do jornalista Herzog e o depoimento do comandante do Exército, do ministro da Defesa e do ex-agente do serviço de inteligência do Exército, José Alves Firmino que entregou, em 1997, as fotos à Comissão. Segundo Firmino, ainda existe uma grande quantidade de documentos da repressão preservados. Ao se pronunciar sobre a afirmação do ex-cabo Firmino, o ministro da Defesa admitiu que pode ser possível que nem todos os documentos do período tenham sido destruídos e que ele poderá averiguar isso se for necessário, sem, contudo apresentar motivação para "revolver os casos do passado". Para o ministro, a única certeza que existe é sobre a incineração dos documentos referentes à Guerrilha do Araguaia – conflito armado entre militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e os militares – entre os anos de 1972 e 1975. Os jornais afirmaram que o Presidente da República, o ministro da Defesa e o comandante do Exército saíram de certa forma enfraquecidos do episódio. Todavia, a imagem de Viegas no comando do Ministério da Defesa é a mais desgastada. Juntando-se ao último ocorrido a sua dificuldade em defender o aumento do salário dos

militares, a sua posição dúbia quanto à compra dos caças para a Aeronáutica e por não se manifestar claramente a respeito da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, Viegas tem sido motivo de especulações sobre uma possível saída do governo na próxima reforma ministerial. Segundo a colunista Dora Kramer do *Estado de S. Paulo*, este momento trata menos do caso (Herzog) em si e muito mais da afirmação da autoridade do poder civil sobre a estrutura militar, especialmente da consolidação do projeto de subordinação das Forças Armadas aos princípios de uma sociedade democrática. A colunista questiona a autoridade do ministro Viegas frente aos militares e afirma que desde sua criação o Ministério da Defesa jamais adquiriu a embocadura necessária à correta implementação do projeto de adequar a organização militar brasileira aos ditames do poder civil. No editorial do *Jornal do Brasil* e da *Folha de S. Paulo*, o processo de anistia brasileira também foi questionado e criticado, pois não anistiou somente os condenados por crimes políticos durante o regime, mas os agentes do próprio regime, isentando-os da responsabilidade de seus crimes e creditando a negação da memória e a impunidade a estratégia mais adequada ao país. Na coluna opinativa do *Estado*, Flávio Tavares lembra o chamado “sinceramiento” na Argentina, na qual os comandantes das Forças Armadas daquele país assumiram publicamente os crimes cometidos pelas Juntas militares entre 1976 a 1983. Iniciado pelo comandante do Exército, general Martín Balza, o processo de “nada ocultar” dos militares argentinos reaproximou Forças Armadas e população, suplantando desconfiças e temores. Segundo a coluna, o Brasil tem o exemplo dos militares argentinos a ser seguido. (Folha de S. Paulo – Brasil – 20/10/04; Folha de S. Paulo – Pensata – Eliane Catanhêde - 20/10/04; Folha de S. Paulo – Editoriais – Clóvis Rossi - 20/10/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 21/10/04; Folha de S. Paulo – Opinião – Paulo Sérgio Pinheiro - 21/10/04; Jornal do Brasil – Brasil – 20/10/04; Jornal do Brasil – Editorial – 20/10/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 20/10/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – Flávio Tavares – 20/10/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – Dora Kramer - 21/10/04; O Globo – O País – 20/10/04; O Globo – Opinião – 20/10/04; O Globo – O País – 21/10/04; O Globo – Opinião – 21/10/04).

#### **Caso Herzog V: Matéria aborda atividades de perseguição do SNI**

De acordo com a *Folha de S. Paulo*, arquivos do governo mostram outros casos de perseguição violenta realizada pelo extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). A exemplo disto, uma matéria trata da perseguição ao padre Leopoldo d’Astous que teria um suposto relacionamento com Teresinha de Sales. O SNI teria fotografado momentos de intimidade do casal e emitido relatórios sobre o caso. De acordo com o jornal, os serviços de inteligência, na época do regime militar, usavam táticas para perseguir padres considerados “progressistas”, investigando sua vida pessoal. Outros padres foram vítimas de arapongas e segundo o jornal, em alguns casos eram violentados e forçados a forjarem poses para fotografias. (Folha de S. Paulo – Brasil – 22/11/04).

### **Caso Herzog VI: Para o Grupo Tortura Nunca Mais, governo se subordina aos militares**

O Grupo Tortura Nunca Mais divulgou na quinta-feira (21), nota em que defende a abertura de todos os arquivos da repressão durante a ditadura militar e a anulação do decreto 4.553/2002 do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, assinado quatro dias antes de deixar a Presidência, o qual "amplia os prazos de segredo de todas as categorias de documentos, permitindo que aqueles considerados ultra-secretos tenham sigilo eterno". Para a diretora do grupo, Victoria Grabois, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e cúpula do governo têm "medo dos militares". Ela diz ainda que o caso Herzog comprova a veracidade da existência de documentos nos arquivos das Forças Armadas. O ministro da Casa Civil, José Dirceu, já afirmou que o governo estuda rever o decreto de FHC. (Folha de S. Paulo – Brasil – 22/10/04).

### **Caso Herzog VI: Jornal tece comentários acerca do caso do ex-soldado José Alves Firmino**

De acordo com *O Globo*, a história de José Alves Firmino, ex-soldado que disse ter enterrado arquivos, é indicativa de que em pleno regime civil, há operações militares ilegais, sob a proteção do Estado. O jornal salienta que durante o regime militar, alguns agentes eram treinados pelo Exército "de forma torta" e depois descartados e, no entanto, com o fim deste regime, o aparelho de espionagem da ditadura não fora desmontado, nem investigado o que fez com que o governo perdesse o controle sobre o caso. Segundo a matéria, antes de ser esquecido, aquele momento deveria ser entendido e não encoberto de forma grosseira e com laudos falsos, deixando claro que há muitas feridas originárias da ditadura que ainda não estão cicatrizadas. (*O Globo* – Economia – 22/10/04).

### **Agrava-se a indisposição de Lula com o Ministério da Defesa**

De acordo com informações da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo*, dois fatos ocorridos num curto intervalo de tempo estremeceram o já delicado relacionamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o Ministro da Defesa, José Viegas Filho. O primeiro fato noticiado pela *Folha* e indicado pelo *Informe Brasil* linhas acima, diz respeito à declaração do comandante da Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas (ONU), general brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira, segundo a qual, a onda de violência em Porto Príncipe (capital do Haiti) está relacionada às declarações do candidato democrata John Kerry em favor do Ex-Presidente Jean-Bertrand Aristide, que deixou o país em fevereiro após protestos e um levante armado. No dia seguinte à declaração, Lula convocou o ministro da Defesa para pedir explicações. O segundo caso, reportado por *O Globo* e por ambos os jornais mencionados acima, condiz à publicação de uma nota do Exército que elogia o comportamento da força em relação aos esquerdistas, durante o regime militar. Esta nota esteve relacionada à exposição das fotos de Herzog. *O Globo* pontua que de modo geral, a nota incomodou diversos políticos do Partido dos Trabalhadores (PT). A exemplo disto, o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado de ex-presos políticos, cobrou

com o aval do Palácio do Planalto, uma manifestação pública do ministro da Defesa, José Viegas Filho, desautorizando a posição do Exército. Isto conduziu uma retomada de postura por parte da força. O deputado também fez comparações à nota que foi feita no início dos anos 80 para explicar o caso da bomba no Riocentro. O presidente do PT, José Genoino, também reagiu ao conteúdo publicado. A *Folha* mostrou que segundo assessores do Presidente, ele avalia que os dois casos passam a impressão de que Viegas não tem autoridade sobre o Exército. Considerando o primeiro caso, Lula diz que o general Heleno não poderia se manifestar sem consultas ao governo brasileiro, especialmente ao ministro da Defesa. O comandante se retificou, dizendo, no dia 18, que foi mal interpretado. Sobre o segundo caso, depois da cobrança de Lula, Viegas informou que iria conversar com o comandante do Exército, general Francisco Albuquerque, para saber quem havia decidido publicar a nota sobre Herzog. O texto do Exército, divulgado em resposta à notícia publicada no domingo (17) pelo *Correio Braziliense* sobre as fotos de Herzog ainda vivo e em condições humilhantes, diz que "as medidas tomadas pelas Forças Legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela ilegalidade e tomaram a iniciativa de pegar em armas e desencadear ações criminosas". Assessores de Lula avaliaram que esse trecho foi elaborado como se o país ainda estivesse sendo comandado pelos militares, o que ele considera inadmissível. Outro trecho do texto divulgado que incomodou o Presidente é o que afirma que "o movimento de 1964, fruto de clamor popular, criou, sem dúvidas, condições para a construção de um novo Brasil, em ambiente de paz e segurança". A *Folha* salientou que a situação de Viegas no governo é delicada. Sua demissão é tida como certa na reforma ministerial que Lula deve promover após o segundo turno das eleições. Os dois episódios envolvendo o Exército podem apenas reforçar a decisão do presidente de tirá-lo do ministério, ainda que ele não tenha tido participação direta neles. Viegas pode ser substituído pelo atual ministro da coordenação política Aldo Rebelo. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/10/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/10/04; O Globo – O País – 19/10/04).

#### Ministério da Justiça abole gastos com anistias consideradas fraudulentas

A *Folha de S. Paulo* mostrou, em reportagem, que o Ministério da Justiça anulou no final de setembro do ano passado e início deste mês, 270 anistias concedidas a ex-cabos da Força Aérea Brasileira (FAB) pela Comissão de Anistia por entender que elas são irregulares. Desde 2002 até este mês, a Aeronáutica pagou cerca de R\$ 58 milhões a cerca de 2.500 ex-cabos. A dívida com essas indenizações está estimada em R\$ 560 milhões. Essas 270 anistias anuladas haviam sido concedidas com base na portaria 1.104, de 1964, do hoje extinto Ministério da Aeronáutica, que limita a oito anos a permanência de um cabo na FAB. Após esse período, ele é obrigado a prestar concurso público para subir na carreira ou deixar a Aeronáutica. Os ex-cabos argumentam que essa portaria é um ato de perseguição política, já que, na prática, eles foram impedidos de permanecer no serviço militar. Por essa razão, na avaliação dos ex-cabos, eles têm direito à indenização. Para o Ministério da Justiça, a justificativa só é válida

para ex-militares que estavam na Aeronáutica em 1964 e provarem que foram perseguidos. Assim, ela não tem validade para aqueles que ingressaram na FAB após a edição da portaria. No entender do ministério, depois de 1964, a portaria 1.104 acabou sendo caracterizada como uma simples regra administrativa. O ministério já estuda a anulação de outras 225 anistias concedidas pela Comissão de Anistia durante o governo de Fernando Henrique Cardoso sob a mesma justificativa. Na próxima semana, mais um grupo de 50 ex-cabos deve deixar de receber suas indenizações por decisão do Ministério da Justiça. Para cada ex-cabo são pagos mensalmente cerca de R\$ 3.300 -pensão vitalícia que corresponde ao pagamento de um militar na função de segundo tenente da Aeronáutica em 2002. Os anistiados cobram ainda valores retroativos à data que protocolaram no Ministério da Justiça o pedido de indenização -o que, em média, corresponde a R\$ 240 mil. O jornal lembrou que após assumir o cargo, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, fez um levantamento para verificar porque tantas anistias estavam sendo concedidas sob o mesmo argumento e pediu um parecer da Advocacia Geral da União (AGU) sobre o assunto. Um levantamento da Comissão de Anistia mostra que, no ano de 2002, foram concedidas 1.106 anistias -das quais 1.012 para a Aeronáutica. Outras 63 anistias foram dadas para a Marinha, mais 30 para o Exército e uma para a Polícia Militar. A AGU entendeu que quem ingressou na Aeronáutica após a edição da portaria de 1964 não tem direito à anistia, porque ela é um "ato administrativo, impessoal e genérico". O parecer cita que "a portaria é ato administrativo preexistente destinado a regular a permanência no serviço militar. Não há como considerá-la ato de perseguição. A suspeita de irregularidades nas anistias concedidas a ex-cabos levou a Procuradoria Geral da República a investigar o assunto há dois anos. A lei respalda aqueles que sofreram injustiças, porém, segundo o jornal, pessoas desonestas estão tirando proveito dos cofres públicos. O Ministério Público Federal de Brasília (MPF), que abriu processo de investigação há cerca de um mês sobre o caso, quer que o Ministério da Justiça agilize as anulações das anistias de ex-cabos. Segundo procuradores do MPF, além de suspender o pagamento, é preciso tomar medidas para devolver ao governo valores já pagos indevidamente -pagos sob o argumento da portaria. O centro de comunicação social do Comando da Aeronáutica informa que a FAB não participou da Comissão de Anistia e não analisou a concessão dessas anistias. A Aeronáutica informou que acata as decisões tomadas pelos ministérios da Defesa e da Justiça. A verba para pagar as indenizações vem da União. A Aeronáutica só repassa os valores aos anistiados. A folha de pagamento com os anistiados é da ordem de R\$ 6 milhões por mês. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/10/04).

#### O Brasil e a cooperação científica

A *Folha de S. Paulo* veiculou o estreitamento da cooperação no campo espacial com a China e com a Rússia. No caso russo, o Brasil está buscando estreitar seus laços de cooperação espacial com este país. Um memorando de entendimentos a ser assinado pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Vladimir Putin, no final do mês que vem, deve estabelecer um plano de atuação conjunta para o desenvolvimento de veículos lançadores de satélites, exploração do Centro de

Lançamento de Alcântara (no estado de Maranhão) e criação de um satélite geostacionário brasileiro. Além de dar informações técnicas sobre os veículos lançadores, o jornal diz que o objetivo é aprofundar os laços de cooperação com a Rússia iniciados na retomada do projeto VLS, o Veículo Lançador de Satélites brasileiro, que está tendo assessoria de técnicos russos para sua quarta tentativa de lançamento, prometida para 2006. (Folha de S. Paulo - Ciência – 22/10/04).

Rússia propõe compra de 50 aviões da Embraer em troca da escolha da Sukhoi  
De acordo com a *Folha de S. Paulo*, depois de alguns meses inativo, o lobby das empresas que querem fornecer o novo caça supersônico à Força Aérea Brasileira (FAB) se reativa. O jornal diz que consultou três concorrentes e todos se amparam em sinais colhidos por seus lobistas de que o fim do período eleitoral levaria o governo a se preocupar com questões pendentes, como a compra. Além disso, há o fato de a frota dos atuais caças Mirage caducar no fim de 2005. O governo brasileiro, porém, afirma que nada está definido. O jornal econômico russo *Kommersant* publicou no dia 18 que o país quer fazer uma troca entre caças da Sukhoi e aviões comerciais da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). O presidente russo, Vladimir Putin, visitará o Brasil em novembro e gostaria de celebrar algum tipo de acordo em sua estada. Na essência, o que os russos querem é comprar até 50 aviões da nova geração de jatos da Embraer, a 170/190, para a estatal Aeroflot. Em troca dessa abertura, o Brasil escolheria o Sukhoi Su-35 para a FAB. A matéria comenta que o negócio perde a simplicidade na medida em que, apesar de a compra russa ser de maior valor do que a aquisição brasileira -estimada em pelo menos US\$ 700 milhões -, e o negócio prever uma relação comercial de até 30 anos, existe também o fato de a Sukhoi ser fabricante de potenciais rivais civis da Embraer. A empresa oferece ao governo uma versão do caça francês Mirage-2000 em parceria com a construtora do avião, a Dassault - que é uma de suas acionistas. Já o Su-35 é oferecido em parceria com a igualmente brasileira Avibrás. Na semana passada, o Vice-Presidente brasileiro, José Alencar foi levado, em visita a Moscou, a um escritório da empresa. Integrantes de sua delegação elogiaram o avião, o predileto dos pilotos pelo ângulo estritamente militar. Concorre também com alguma chance o caça anglo-sueco Gripen. Por fora, sem chances até segunda ordem, estão o F-16 (dos Estados Unidos) e o MiG-29 (da Rússia). A última notícia, no entanto, é a de que o presidente da Embraer, Maurício Botelho, descartou o acordo. Segundo ele, essa troca não acontecerá, pois não tem viabilidade nenhuma. (Folha de S. Paulo – Brasil – 19/10/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 21/10/04).

#### A atuação polêmica do Exército na contenção da violência no Rio de Janeiro

O *Jornal do Brasil (JB)* disse que após invasão da favela da rocinha durante do feriado da semana santa, o debate sobre a presença do Exército nas ruas do Rio de Janeiro divide opiniões tanto da população quanto de especialistas da segurança pública. Este dilema tem sido também motivo de atrito entre os governos estadual e federal. Além dos atritos, surgiram limitações legais, uma vez que para que as tropas pudessem ocupar as favelas era preciso que houvesse

decreto de Intervenção, Estado de Defesa ou Estado de Sítio. Caso contrário, o Presidente da República ou o Ministro da Defesa poderiam ser acusados de crime de irresponsabilidade. Tendo em vista esta limitação, o governo federal condicionou o envio de tropas ao Rio de Janeiro à reformulação do documento enviado pelo Estado. Mesmo assim, a governadora Rosinha a solicitar a presença das Forças Armadas. As forças ficariam nas ruas até dezembro e para isto uma brigada especializada do Exército teria se organizado. No entanto, um mês depois, o Ministério da Defesa descartou qualquer tipo de intervenção das Forças Armadas. A assessoria do ministro da Defesa, José Viegas, informou que as forças federais só atuariam na busca e apreensão de armas desviadas dos quartéis. (Jornal do Brasil – Nacional – 22/10/04).

#### Jornal destaca atividade do Exército em projetos ecológicos

Conforme divulgado por *O Estado de S. Paulo*, o tabuleiro natural de reprodução de tartarugas do Embaubal, localizado nas praias do Rio Xingu conhecidas por Cipó-Pitanga, Puruna e Juncal, no sudoeste do Estado do Pará, está recebendo proteção dos soldados do Exército no sentido da repressão do roubo por quadrilhas que invadem a região durante o período de desova. O Exército foi chamado porque os policiais militares do Batalhão de Policiamento Ambiental do Pará não conseguem, sozinhos, proteger os berçários das tartarugas. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 19/10/04).

#### Marinha apreende navio pesqueiro ilegal taiwanês

Nesta quinta-feira (21), a Marinha apresou a 350 Km da costa do Rio Grande do Norte, o navio frigorífico taiwanês Southern Star, que fazia pesca clandestina de atum dentro do limite marítimo da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) do Brasil. O intruso foi localizado por uma equipe da Força Aérea Brasileira (FAB) a bordo do avião P-95 Bandeirulha. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 22/10/04).

#### **SITES DE REFERÊNCIA:**

Folha de S. Paulo – [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)

Jornal do Brasil – [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estado.com.br](http://www.estado.com.br)

O Globo – [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [observatorio@franca.unesp.br](mailto:observatorio@franca.unesp.br)

**\*\*O Informe Brasil** é uma produção do **Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP) e Guilherme Miranda (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.